

Quadro histórico dos dispositivos Constitucionais

Art. 5º ADCT

o o art. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição.
União poderá instituir contribui-
missão de valores e de créditos e direitos a
quota da contribuição de que trata este artigo não ex-
o centésimos por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la a
ecê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei.
contribuição de que trata este artigo não se aplica o disposto nos
153, § 5º, e 154, I, da Constituição.
O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo ser-
tinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamen-
ações e serviços de saúde.
A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordin-
art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada
Brasília, em 15 de agosto

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação



Panorama do processo constituinte

Para melhor compreensão do processo constituinte, recomendamos a leitura do documento disponível no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Publicações e Documentos → Panorama do Funcionamento da ANC, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama_anc

A relação das Comissões Temáticas e das respectivas subcomissões poderá ser consultada no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Comissões e Subcomissões Temáticas, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes

Texto promulgado em 5/10/1988

Art. 5º Não se aplicam às eleições previstas para 15 de novembro de 1988 o disposto no art. 16 e as regras do art. 77 da Constituição.

§ 1º Para as eleições de 15 de novembro de 1988 será exigido domicílio eleitoral na circunscrição pelo menos durante os quatro meses anteriores ao pleito, podendo os candidatos que preencham este requisito, atendidas as demais exigências da lei, ter seu registro efetivado pela Justiça Eleitoral após a promulgação da Constituição.

§ 2º Na ausência de norma legal específica, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral editar as normas necessárias à realização das eleições de 1988, respeitada a legislação vigente.

§ 3º Os atuais parlamentares federais e estaduais eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercer a função de Prefeito, não perderão o mandato parlamentar.

§ 4º O número de Vereadores por município será fixado, para a representação a ser eleita em 1988, pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral, respeitados os limites estipulados no art. 29, IV, da Constituição.

§ 5º Para as eleições de 15 de novembro de 1988, ressalvados os que já exercem mandato eletivo, são inelegíveis para qualquer cargo, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes por consangüinidade ou afinidade, até o segundo grau, ou por adoção, do Presidente da República, do Governador de Estado, do Governador do Distrito Federal e do Prefeito que tenham exercido mais da metade do mandato.

1 – Sugestões localizadas¹

SUGESTÃO:10608 DT REC:30/05/87

Entidade:

CÂMARA MUNICIPAL DE LINS - SP
ORRÉLIO JUSTINIANO ROCHA - PRESIDENTE
MUNICÍPIO : LINS CEP : 16400 UF : SP)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE A ELEIÇÃO DIRETA PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E CÂMARAS MUNICIPAIS, NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 1988.

SUGESTÃO:04432 DT REC:06/05/87

Autor:

PAES DE ANDRADE (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE PRAZO PARA INSCRIÇÃO NOS PARTIDOS POLÍTICOS DOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1988.

SUGESTÃO:05036 DT REC:06/05/87

Autor:

JUTAHY MAGALHÃES (PMDB/BA)

Texto:

SUGERE QUE OS PARTIDOS POLÍTICOS, LEGALMENTE CONSTITUÍDOS PARA DISPUTAR AS ELEIÇÕES DE 15 DE NOVEMBRO DE 1986, TENHAM DIREITO DE CONCORRER COM CANDIDATOS PRÓPRIOS ÀS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1988.

SUGESTÃO:05075 DT REC:06/05/87

Autor:

PAULO RAMOS (PMDB/RJ)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM FORMAÇÃO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1988.

SUGESTÃO:06569 DT REC:06/05/87

Autor:

FERNANDO CUNHA (PMDB/GO)

Texto:

SUGERE QUE A POSSE DOS PREFEITOS, VICE-PREFEITOS E VEREADORES ELEITOS EM 15 DE NOVEMBRO DE 1988 SEJA EM 15 DE MARÇO DE 1989.

2 – Audiências públicas

Não foram localizadas audiências públicas sobre o tema.

3 – Subcomissões temáticas

FASE A – Anteprojeto do relator	A matéria não foi localizada nesta Fase.
---------------------------------------	--

¹ O inteiro teor de cada sugestão pode ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Sugestões dos Constituintes, no seguinte endereço:
http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal

FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator	Não foram localizadas emendas.
FASE C – Anteprojeto da subcomissão	A matéria não foi localizada nesta Fase.

4 – Comissões temáticas

FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão	Não foram localizadas emendas.
FASE F – Substitutivo do relator	A matéria não foi localizada nesta fase.
FASE G – Emenda ao substitutivo	Não foram localizadas emendas.
FASE H – Anteprojeto da comissão	A matéria não foi localizada nesta fase.

5 – Comissão de Sistematização

FASE I – Anteprojeto de Constituição	A matéria não foi localizada nesta fase.
FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de adequação ao anteprojeto	Não foram localizadas emendas.
FASE L – Projeto de Constituição	A matéria não foi localizada nesta fase.
FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares	Total de emendas localizadas: 1. (consulte a íntegra das emendas da Fase M ao final deste documento.)
FASE N – Primeiro substitutivo do relator	Art. 50 (ADCT) – Os atuais Deputados Federais e Estaduais, que foram eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercerem as funções de Chefe do Executivo Municipal, não perderão o mandato parlamentar.
FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator	Total de emendas localizadas: 19. (consulte a íntegra das emendas da Fase O ao final deste documento.)
FASE P – Segundo substitutivo do relator	Art. 18 (ADCT)- Não se aplica às eleições previstas para 15 de novembro de 1988 o disposto no artigo 15 desta Constituição. [...]

	Art. 44 (ADCT) - Os atuais Deputados Federais e Estaduais, que foram eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercerem as funções de Prefeito, não perderão o mandato parlamentar.
--	---

6 – Plenário

FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou FASE R Ato das Disposições Transitórias	<p>Art. 12. (ADCT) Não se aplica às eleições previstas para 15 de novembro de 1988 o disposto no artigo 18 da Constituição.</p> <p>§ 1º É assegurada a irredutibilidade do número atual de representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos cálculos efetuados de acordo com o artigo 56, § 2º, da Constituição.</p> <p>§ 2º Os atuais Deputados Federais e Estaduais que foram eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercer as funções de Prefeito, não perderão o mandato parlamentar.</p> <p>§ 3º As primeiras eleições para Governador e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal serão realizadas no dia 15 de novembro de 1988, tomando posse os eleitos no dia 1º de janeiro de 1989.</p> <p>§ 4º A primeira Câmara Legislativa do Distrito Federal votará a lei orgânica do Distrito Federal, de acordo com o estabelecido na Constituição.</p>
FASE S – Emendas de Plenário (2P)	<p>Total de emendas localizadas: 4. (consulte a íntegra das emendas da Fase S ao final deste documento.)</p> <p>Emenda Substitutiva do Centrão² nº 2045, art. 11.</p> <p>Requerimento de fusão das Emendas 1901, 46 e 360. A fusão foi aprovada. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 17/06/1988, a partir da p. 11398.</p> <p>Requerimento de fusão de destaque/emendas. A fusão foi aprovada. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 29/06/1988, a partir da p. 11654.</p>
FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º)	<p>Art. 6º (ADCT) Não se aplica às eleições previstas para 15 de novembro de 1988 o disposto no art. 16 da Constituição.</p> <p>§ 1º Para as eleições de 15 de novembro de 1988, exigir-se-á domicílio eleitoral na circunscrição pelo menos durante os quatro meses anteriores ao pleito.</p> <p>§ 2º Na ausência de norma legal específica, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral editar as normas necessárias à realização das eleições de 1988, respeitada a legislação vigente.</p> <p>§ 3º Os atuais Deputados Federais e Estaduais eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercer a função de Prefeito, não perderão o mandato parlamentar.</p> <p>§ 4º O número de vereadores por município será fixado, para a representação a ser eleita em 1988, pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral até noventa dias antes do pleito, respeitados os limites estipulados no art. 30, IV, da Constituição.</p>
FASE U – Emendas ao Projeto B (2T)	<p>Total de emendas localizadas: 5. (consulte a íntegra das emendas da Fase U ao final deste documento.)</p>

² Emendas do Centrão: grupo de parlamentares conhecido como Centrão apresentou emendas, que foram posteriormente aprovadas em Plenário, com exceção do Capítulo III da emenda nº 02043, e tornaram-se substitutivos ao Projeto A.

	<p>Requerimento de reunião de emendas e destaques, transferido matéria do texto permanente para as disposições transitórias. A fusão foi aprovada, e resultou na adição do § 5º.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 28/08/1988, a partir da p. 13478.</p>
FASE V – Projeto C (fim 2º turno)	<p>Art. 5º (ADCT) Não se aplicam às eleições previstas para 15 de novembro de 1988 o disposto no art. 15 e as regras do art. 77 da Constituição.</p> <p>§ 1º Para as eleições de 15 de novembro de 1988, exigir-se-á domicílio eleitoral na circunscrição pelo menos durante os quatro meses anteriores ao pleito.</p> <p>§ 2º Na ausência de norma legal específica, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral editar as normas necessárias à realização das eleições de 1988, respeitada a legislação vigente.</p> <p>§ 3º Os atuais parlamentares federais e estaduais eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercer a função de Prefeito não perderão o mandato parlamentar.</p> <p>§ 4º O número de vereadores por município será fixado, para a representação a ser eleita em 1988, pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral, respeitados os limites estipulados no art. 28, IV, da Constituição.</p> <p>§ 5º Ressalvados os que já exercem mandato eletivo, são inelegíveis para qualquer cargo, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes por consangüinidade ou afinidade, até o segundo grau, ou por adoção, do Presidente da República, do Governador de Estado, do Governador do Distrito Federal e do Prefeito que tenham exercido mais da metade do mandato.</p>

7 – Comissão de Redação

FASE W – Proposta exclusivamente de redação	<p>Total de emendas localizadas: 6. (consulte a íntegra das emendas da Fase W ao final deste documento).</p> <p>Na Comissão de Redação, foi corrigida a redação do § 5º.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 23/09/1988, Supl. B, p. 171-172. Também foi aprovada nova redação para o § 1º, publicado neste mesmo Diário, p. 177-178, e 232.</p>
FASE X – Projeto D – redação final	<p>Art. 5º (ADCT) Não se aplicam às eleições previstas para 15 de novembro de 1988 o disposto no art. 16 e as regras do art. 77 da Constituição.</p> <p>§ 1º Para as eleições de 15 de novembro de 1988 será exigido domicílio eleitoral na circunscrição pelo menos durante os quatro meses anteriores ao pleito, podendo os candidatos que preencham este requisito, atendidas as demais exigências da lei, ter seu registro efetivado pela Justiça Eleitoral após a promulgação da Constituição.</p> <p>§ 2º Na ausência de norma legal específica, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral editar as normas necessárias à realização das eleições de 1988, respeitada a legislação vigente.</p> <p>§ 3º Os atuais parlamentares federais e estaduais eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercer a função de Prefeito, não perderão o mandato parlamentar.</p>

	<p>§ 4º O número de vereadores por município será fixado, para a representação a ser eleita em 1988, pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral, respeitados os limites estipulados no art. 29, IV, da Constituição.</p> <p>§ 5º Para as eleições de 15 de novembro de 1988, ressalvados os que já exercem mandato eletivo, são inelegíveis para qualquer cargo, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes por consangüinidade ou afinidade, até o segundo grau, ou por adoção, do Presidente da República, do Governador de Estado, do Governador do Distrito Federal e do Prefeito que tenham exercido mais da metade do mandato.</p> <p>Nota: Prevaleceu alteração redacional proposta pelo Professor Celso Cunha para os parágrafos 1º e 3º, conforme quadro comparativo das propostas de redação, fls. 183-184).</p>
--	--

EMENDAS APRESENTADAS POR FASE³

FASE M

EMENDA:13036 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ÁLVARO ANTÔNIO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado:

Disposições Transitórias - Título X:

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

Art. ... - Os atuais Deputados Federais e Estaduais, que foram eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercerem a funções de Chefe do Executivo Municipal, não perderão o mandato parlamentar.

Justificativa:

Nas últimas eleições municipais vários Deputados Federais e Estaduais foram eleitos em diversos Municípios do País a Vice-Prefeitos.

Pela atual Constituição os Parlamentares ficam impedidos de exercerem a chefia do Executivo se convocados, pois perderiam o mandato de Deputado Federal ou Estadual.

Tendo em vista que as eleições foram descoincidentes ou defasadas, nada mais justo que em caráter transitório, o parlamentar possa licenciar-se da Câmara ou das Assembléias Legislativas, para exercer eventualmente a chefia do Executivo, pois foi eleito pelo povo para exercer o cargo de Prefeito; no impedimento do mesmo.

³ As emendas foram reproduzidas sem revisão, conforme constam nas bases de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, o texto das JUSTIFICATIVAS das emendas foi digitado e não houve conferência do trabalho. Os documentos originais poderão ser consultados em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada-o-processo-constituente

Não é justo o Parlamentar se convocado para o posto ficar diante de dois fantasmas da renúncia, ou renunciar a vice para não assumir o executivo ou renunciar ao cargo de parlamentar para exercer o cargo de prefeito por algumas horas ou alguns dias.

Parecer:

A proposição não se amolda aos princípios que orientaram a elaboração do Substitutivo. Pela prejudicialidade.

FASE O

EMENDA:21345 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTERO DE BARROS (PMDB/MT)

Texto:

Título X

Incluir nas disposições transitórias, onde couber:

Art. - O disposto no Artigo 17 não se aplicará às eleições de 15 de novembro de 1988.

Justificativa:

Entendemos que as próximas eleições devem se pautar pela nova constituição. Neste sentido é importante ressaltar as eleições de 15 de novembro próximo, do disposto no Artigo 17.

Parecer:

Pretende o autor que o disposto no art. 17 não seja aplicado às eleições de 15 de novembro de 1988.

A matéria é de grande importância para os candidatos, tendo em vista que as regras eleitorais não devem mudar no ano do pleito.

Pela rejeição.

EMENDA:21606 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Inclua-se nas Disposições Transitórias:

Art. - O dispositivo no artigo 17 não se aplica às eleições municipais de 1988.

Justificativa:

O artigo 17 propõe, com grande sabedoria, que “nenhuma norma referente ao processo eleitoral poderá ser aplicada em qualquer eleição sem que a lei que a instituiu tenha, pelo menos, um ano de vigência”. No entanto, há eleição municipal no próximo ano e a necessidade de adaptação do conjunto de normas hoje existentes à nova Constituição. Assim, propõe-se que, excepcionalmente, sob pena de prejudicar a eleição de 88, o artigo 17 não seja ali aplicado.

Parecer:

Pela rejeição, considerando que está em desacordo com o nono substitutivo do Relator.

EMENDA:25842 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

- Incluir nas Disposições Finais e

Transitórias, Título X, da Constituição o seguinte dispositivo, onde couber.

Art. A disposição do Art. 17 da Constituição não se aplica às eleições municipais que se realizarão em 15 de novembro de 1988.

Justificativa:

Como a Constituição deverá ser promulgada no final deste ano, ou no início de 1988, as eleições municipais correriam o risco de não serem realizadas, já que a adaptação das normas partidárias e eleitorais encontraria a vedação do Artigo 17.

Parecer:

A emenda pretende que o disposto no Art. 17, não se aplique às eleições a se realizarem em 15 de novembro de 1988.

Entendemos que a Constituição deverá ser aprovada em termo hábil, no entanto, se tal não acontecer, temos suficientes disposições legais sobre eleições, tanto isso é verdade que sucessivos pleitos veem se realizando sem qualquer problema.

Sendo assim, não vemos razão plausível para aceitar a aprovação.

EMENDA:21695 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERSON CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

Dê-se ao artigo 50, das disposições transitórias, a seguinte redação:

Art. 50 - Os atuais Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais, que forem eleitos Vice-Governador e Vice-Prefeitos, se convocados a exercerem as funções de Chefe do Executivo Estadual e Chefe de Executivo Municipal, não perderão o mandato parlamentar.

Justificativa:

O Substitutivo do nobre Relator beneficia, apenas, os Deputados Federais e Deputados Estaduais, e mesmo assim se assumirem o mandato de Prefeito. Nossa proposição é no sentido de estender a medida aos Senadores, e com outra inovação: a de, além de Prefeitura, poderem, também, assumir o cargo de Governador.

Parecer:

Pela aprovação. A propositura tem total procedência.

O privilégio não deve ser apenas de alguns. Tal como propõe os autores da emenda, cabe, pois, estender o benefício aos possuidores do mandato parlamentar.

EMENDA:29709 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAMIR ACHÔA (PMDB/SP)

Texto:

Dê-se ao disposto no artigo 50, das disposições transitórias do Substitutivo do ilustre Relator, a seguinte redação:

"Os atuais deputados estaduais e federais que foram ou vierem a ser eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercerem as funções de chefe do executivo municipal, não perderão o mandato parlamentar".

Justificativa:

O texto proposto, com muita justiça, protege os mandatos parlamentares de deputados estaduais e federais que foram eleitos vice-prefeitos.

O que pretendemos é que, face à conjuntura política atualmente existente, principalmente a fase de transição, permita-se que todos os atuais deputados estaduais e federais atualmente no exercício de seus mandatos possam compor chapas concorrentes, como vice-prefeitos, nas próximas eleições, sem o risco de perderem seus mandatos.

É medida democrática e transitória.

Parecer:

Pela rejeição, por estar em desacordo com o novo Substitutivo do Relator.

EMENDA:30226 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALUIZIO CAMPOS (PMDB/PB)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se ao artigo 50 das Disposições

Transitórias do Substitutivo do Relator a seguinte redação:

"Art. 50 - Os atuais Deputados Federais e Estaduais, que foram eleitos Vice-Prefeitos, só perderão seus mandatos parlamentares se sucederam aos Chefes dos Executivos Municipais por efeito de vacância".

Justificativa:

Pelo texto do Substitutivo, os atuais Deputados Federais e Estaduais não perderão o mandato parlamentar se exercerem as funções de Prefeitos, em virtude de terem sido eleitos para os cargos de Vice-Prefeitos. Como não está claro que o exercício das funções é temporário, em razão de impedimento eventual, apresentamos esta emenda para tornar inequívoco que a sucessão definitiva em decorrência da vacância do cargo de Prefeito, acarretará a perda do mandato parlamentar.

Parecer:

Prejudicada em função da alteração adotada na forma do Substitutivo.

EMENDA:32805 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

TÍTULO X

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

TÍTULO X

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

[...]

Art. 37 - Os atuais Deputados Federais e Estaduais, que foram eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercerem as funções de Chefe do Executivo Municipal, não perderão o mandato parlamentar.

[...]

Justificativa:

Neste trabalho, respeitamos as qualidades inovadoras trazidas pela forma espontânea e democrática como surgiram os dispositivos contidos no Projeto. Tal como um diamante em bruto, para que elas se revelassem em toda a sua força, o texto precisava ser lapidado, retirando-se-lhe a massa informe das minúcias casuísticas, e, muitas vezes, as imperfeições surgidas pela fusão às vezes emotiva de matéria-prima ideológica. No contexto da emenda que apresentamos quase nada acrescentamos ao já existente: procuramos apenas desbastar a pedra opaca para descobrir-lhe o brilho.

A presente emenda atende a ponderações sinceras do Senhor Relator. Dá ao texto da Constituição uma nova consistência: na redação, busca uma maior síntese, relegando as normas programáticas e reguladoras às leis complementares ou ordinárias; no mérito, procura o fio filosófico nas raízes tradicionais da nossa Sociedade – a liberdade da pessoa, a democracia, a representação do povo pela tripartição dos poderes, e uma Ordem Econômica onde o Social e o Econômico se harmonizam para a construção de um grande país.

Acreditamos que na vigência desta Nova Constituição, da integração entre o Trabalho e o Capital surgirá um renovado surto de progresso e veremos a população brasileira, progressivamente, ascender a níveis de vida mais elevados.

Parecer:

Trata-se de Emenda que sugere profundas alterações no Título X, que regula as Disposições Transitórias. Alguns dos preceitos sugeridos já integram o Substitutivo do Relator, outros inovam o documento e outros, ainda, suprimem regras nele contidas.

É inegável que a proposição, reflete grande espírito público, competência e sensibilidade do Autor.

Visando ao aperfeiçoamento do texto, tendo em vista que no referido Título devem apenas constar dispositivos necessários à proteção dos direitos adquiridos e à disciplinação de providências limitadas no tempo e de relevante interesse público, acolhemos parcialmente a proposição para dele aproveitar os dispositivos que constam do Substitutivo que vamos apresentar.

EMENDA:21005 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALDECK ORNÉLAS (PFL/BA)

Texto:

EMENDA: Supressiva

Dispositivo emendado. Art. 50 das Disposições Transitórias.

Suprima-se o art. 50 das Disposições Transitórias.

Justificativa:

Chega de casuísmos.

Além do mais, o dispositivo é inócuo. Como não existiram eleições para vice-prefeito após as eleições proporcionais de 1986, não existe a possibilidade de ocorrer a situação prevista.

Parecer:

O art. 50 preceitua que os atuais Deputados Federais e Estaduais, que foram eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercer as funções de Chefe do Executivo Municipal, não perderão o mandato parlamentar. O ilustre autor da emenda considera um casuísmo o texto do referido artigo, com a finalidade de beneficiar os vice-prefeitos de São Paulo e Belo Horizonte, conflitando ainda, esse dispositivo, com a proibição contida no art. 85, item V.

Pelo não acolhimento.

EMENDA:21139 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JESUALDO CAVALCANTI (PFL/PI)

Texto:

SUPRIMA-SE O ART. 50 DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Justificativa:

Trata-se de casuísmo com endereço certo: beneficiar os vice-prefeitos de São Paulo e Belo Horizonte. O texto constitucional, para merecer respeito da Nação, não pode dar guarida a disposições de tal jaez.

Além do mais, é flagrante seu conflito com a proibição no art. 85, item V.

Parecer:

O art. 50 preceitua que os atuais Deputados Federais e Estaduais, que foram eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercer as funções de Chefe do Executivo Municipal, não perderão o mandato parlamentar. O ilustre autor da emenda considera um casuísmo o texto do referido artigo, com a finalidade de beneficiar os vice-prefeitos de São Paulo e Belo Horizonte, conflitando ainda, esse dispositivo, com a proibição contida no art. 85, item V.

Pelo não acolhimento.

EMENDA:21259 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VICTOR FONTANA (PFL/SC)

Texto:

Emenda supressiva
Suprima-se o art. 50, das Disposições
Transitórias.

Justificativa:

A Constituição em vigor não permite que o Deputado Federal ocupe cargo de Prefeito (art. 36). O substitutivo apresentado mantém a proibição (art. 87, item I).
Como se admitir, em Disposições Transitória, que Deputados eleitos Vice-Prefeitos, eventualmente convocados, exerçam o cargo de Prefeito?
O casuismo e o absurdo são evidentes. Ainda mais se considerarmos que as eleições de Vice-Prefeitos foram anteriores (1982 ou 1985, nas capitais) às eleições de Deputados (1986) e os mandatos destes excedem o daqueles.
As preocupações com as eleições municipais do próximo ano devem ser de outra ordem.

Parecer:

O art. 50 preceitua que os atuais Deputados Federais e Estaduais, que foram eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercer as funções de Chefe do Executivo Municipal, não perderão o mandato parlamentar. O ilustre autor da emenda considera um casuismo o texto do referido artigo, com a finalidade de beneficiar os vice-prefeitos de São Paulo e Belo Horizonte, conflitando ainda, esse dispositivo, com a proibição contida no art. 85, item V.
Pelo não acolhimento.

EMENDA:22312 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Suprima-se da Disposições Transitórias,
Título X o art. 50.

Justificativa:

Trata-se de um casuismo insuportável, que contraria todos os principais políticos e morais do direito eleitoral brasileiro.

Parecer:

Pela rejeição, de acordo com entendimento predominante na Comissão de Sistematização.
Pela rejeição.

EMENDA:23161 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA
- suprimir o artigo 50 das Disposições
Transitórias do Substitutivo.

Justificativa:

O dispositivo conflita com o disposto no item V do artigo 85 do Substitutivo, e configura privilégio aos atuais deputados, que não se compatibiliza com os princípios éticos do Projeto de Constituição.

Parecer:

Embora louvável a pretensão do nobre Constituinte, a matéria, objeto da presente emenda, conflita com a sistemática geral adotada para a elaboração do Substitutivo.
Assim, somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:26595 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MOURA (PFL/PE)

Texto:

Suprima-se o artigo 50 das Disposições Transitórias do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição.

Justificativa:

Suprima-se o artigo 50 das Disposições Transitórias do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição.

Parecer:

A Emenda propõe a supressão do artigo 50 do título X- Das Disposições Transitórias que permite aos atuais Deputados Federais e Estaduais, eleitos Vice-Prefeito, exercerem as funções de Prefeito, sem a perda do mandato parlamentar.

O citado dispositivo procura solucionar uma situação de fato e transitória. Pela rejeição da Emenda.

EMENDA:27080 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PFL/SP)

Texto:

Suprima-se o artigo 50 das Disposições Transitórias.

Justificativa:

É imoral e inconcebível que estejamos a legislar ou em causa própria ou para resolver problemas pessoais de um ou dois vice-prefeitos.

Parecer:

O que se propõem na presente emenda, está contemplado no Substitutivo. Assim, pela sua aprovação.

EMENDA:27993 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ENOC VIEIRA (PFL/MA)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimir o art. 50 e seu parágrafo das Disposições Transitórias.

Justificativa:

O membro do Poder Legislativo não pode pertencer, ao mesmo tempo, ao Executivo, ainda que a nível Municipal.

Trata-se de garantia inconcebível no texto do Substitutivo do Relator. Ademais, a Constituinte estaria legislando em causa própria.

Parecer:

O proposto na Emenda conflita com os princípios definidos pelo Substitutivo. Pela rejeição.

EMENDA:30976 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LÉLIO SOUZA (PMDB/RS)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 50 do Projeto, Título X, disposições transitórias:

Justificativa:

Trata-se de outro dispositivo feito para excepcionar situações políticas. Ou a regra nele contida é boa para a democracia e a validade dela será permanente; ou, circunstancial, servindo a interesses políticos conjunturais, deve ser eliminada do novo texto Constitucional.

Se a flexibilização nela contida, concebida para preservar o mandato parlamentar, tem caráter transitório, não se estendendo a casos análogos de ocorrência futura, é evidente o casuísmo dessa regra.

Nessa matéria, cumpre instituir princípios e normas, com destinação duradoura e caráter genérico, sem exceções comprometedoras do esforço inovador sério e despojado de artifícios.

Parecer:

Pela aprovação, considerando que guarda conformidade com o novo Substitutivo do Relator que suprimiu o artigo referido.

EMENDA:31456 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANNA MARIA RATTES (PMDB/RJ)

Texto:

Suprima-se o Art. 50, nas Disposições

Transitórias, Título X do Substitutivo do Relator.

Justificativa:

Propomos a supressão do Art. 50, nas Disposições Transitórias, por não concordarmos que os atuais Deputados Federais ou Estaduais, se eleitos Vice-Prefeitos, e convocados a exercerem a função não percam seus mandatos.

Parecer:

Embora louvável a pretensão do nobre Constituinte, a matéria, objeto da presente emenda, conflita com a sistemática geral adotada para a elaboração do Substitutivo.

Assim, somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:33258 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT/SP)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Art. 50 – Disposições Transitórias

Suprima-se o Artigo 50.

Justificativa:

A emenda visa suprimir casuísmo do texto constitucional.

Parecer:

Propõe a Emenda a supressão do artigo 50, das Disposições Transitórias, por considerá-lo casuísmo do texto constitucional.

Na realidade, a disposição constante do Substitutivo é necessária até o advento de nova legislação eleitoral.

Pela rejeição.

EMENDA:34858 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADOLFO OLIVEIRA (PL/RJ)

Texto:

Suprima-se o art. 50 das Disposições

Transitórias, Título X.

Justificativa:

O dispositivo se completa com o item V do art. 85.

Parecer:

Trata-se de disposição transitória que, em tempo certo, tende a desaparecer do ordenamento constitucional,

prevalecendo do então a norma geral contida no artigo 85 citado, com o qual no presente não é conflitante, como sugere a Emenda.
Pela prejudicialidade.

FASE S

EMENDA:00360 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO MARTINS (PMDB/RO)

Texto:

Art. 12. Não se aplica às eleições previstas para 15 de novembro de 1988, o disposto no artigo 18 da Constituição e os Senadores e os Deputados federais e estaduais, para concorrerem a essas eleições, deverão renunciar aos respectivos mandatos, até 15 de maio de 1988.

Justificativa:

A realização de eleições em 15 de novembro de 1988, principalmente as municipais, trará sérios problemas para o País.

O ideal seria a realização das eleições presidenciais e municipais, em 1989, ocasião em que toda a legislação que complementa a Constituição Federal, teria condições de estar concluída.

O povo brasileiro ficará frustrado, porquanto que, pela falta de consenso, os assuntos mais polêmicos não estarão solucionados na Constituição ficando para serem decididos posteriormente, através de leis complementares e leis ordinárias.

Mas quem legislará, na esfera federal, com eleições para Presidente da República, Prefeitos e Vereadores em 15 de novembro de 1988?

Sabe-se que o município é a base de qualquer político.

Quem ficará no Congresso, após a promulgação da Constituição, havendo eleições em novembro de 1988?

Os parlamentares federais se afastaram muito, em face da elaboração da Constituição, de suas bases eleitorais e estão até mesmo sem muito controle sobre os Diretórios Municipais.

Será uma debandada geral de Brasília, para compensar o afastamento anterior.

Acresce ainda o fato, do grande número de parlamentares federais que desejam concorrer às eleições. Somente da bancada de São Paulo consta que 23 deputados federais, de um total de 60, desejam concorrer às eleições para Prefeito. Da bancada de 8 deputados de Rondônia, consta que 4 concorrerão.

Somado ao problema relativo à legislação de caráter federal, temos também que raciocinar com a legislação estadual, principalmente as Constituições dos Estados, porquanto que, de acordo com o art. 6º das "Disposições Transitórias" do Projeto de Constituição, as Assembléias Legislativas terão um prazo de até seis meses após a promulgação da Constituição Federal, para elaborarem as respectivas Constituições Estaduais.

Na melhor das hipóteses teremos Constituições Estaduais prontas na 2ª quinzena do mês de outubro, isto é, a menos de um mês das eleições municipais.

Perguntar-se-ia também: Os deputados estaduais ficarão nas capitais dos estados elaborando as Constituições quando os respectivos municípios "estarão pegando fogo" com campanhas eleitorais? E quantos serão os deputados estaduais que se candidatarão a Prefeitos?

Segundo consta, em São Paulo existem mais de 30 deputados estaduais que serão candidatos. Em Rondônia, de uma bancada composta por 24 deputados estaduais, cerca de 10 serão candidatos.

Quem elaborará as Constituições Estaduais?

Será difícil até mesmo saber-se o número de Vereadores por município, porquanto que, de acordo com o Projeto de Constituição (art. 33), essas quantidades serão fixadas pelas Constituições Estaduais.

A melhor solução, portanto, seria a realização de eleições somente em 1989, ficando o ano de 1988 para os parlamentares federais e estaduais legislarem.

Entretanto se os interesses políticos sobrepujarem os interesses da Nação, propomos a aprovação da presente emenda, que pelo menos permitirá que o Congresso Nacional e a Assembléia Legislativa fiquem teoricamente trabalhando, com os seus efetivos de parlamentares "não candidatos".

Estamos propondo "renúncia" em lugar de "licença", a fim de que os futuros candidatos reflitam bastante antes de se candidatarem e não o façam tão somente para aproveitarem uma oportunidade de fazerem campanhas eleitorais visando o futuro, em detrimento de uma boa legislação que poderiam elaborar, porquanto que, os

atuais parlamentares, tanto os federais quanto os estaduais, já possuem certa experiência legislativa e os suplentes, caso viessem a assumir com as licenças dos efetivos, teriam que ter ainda um período de adaptação. Acresce ainda o fato de que os atuais parlamentares federais participaram da série de debates sobre os diversos temas constitucionais, fator este que facilitaria em muito, a elaboração das leis que complementam a Constituição.

Parecer:

Renunciar ao mandato para dispor de mais tempo para empenhar-se em campanha eleitoral é decisão que se subordina à conveniência pessoal de cada parlamentar.

A imposição constitucional preconizada pela Emenda sob exame seria inaceitável, por seu flagrante inconstitucionalidade.

Pela rejeição.

EMENDA:01493 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MELO (PMDB/AC)

Texto:

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Dê-se a seguinte redação ao artigo 12 do Projeto:

Art. 12 - As eleições municipais previstas para 15 de novembro de 1989 reger-se-ão pelas normas aplicadas às eleições realizadas em 15 de novembro de 1985.

Justificativa:

O art. 18 do Projeto proíbe a elaboração legislativa de matéria eleitoral no ano da realização das eleições. Tendo em vista que a 15 de novembro do corrente ano está prevista a realização de eleições municipais e que o término dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte coincidirão com o deflagramento das campanhas municipais mister se faz dispor dos instrumentos legais pertinentes.

Parecer:

As eleições municipais realizar-se-ão em 15 de novembro do corrente ano, 1988, não estando, portanto "previstas para 15 de novembro de 1989".

Por princípio, somos contrários a qualquer prorrogação de mandatos.

Dispõe o § 2o. do art. 4o. do Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias, constante do Projeto da Comissão de Sistematização: "Os mandatos dos atuais Prefeitos e Vereadores... terminarão em 1o. de janeiro de 1989, com a posse dos eleitos", enquanto o "caput" do art. 12 vem eliminar cabalmente a preocupação do ilustre autor da emenda, explicitada na justificativa da mesma, ao determinar: "Não se aplica às eleições previstas para 15 de novembro de 1988 o disposto no artigo 18 da Constituição.

Pela rejeição.

EMENDA:01901 APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GENEBALDO CORREIA (PMDB/BA)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se ao "caput" do Art. 12, das Disposições Transitórias, nova redação, acrescentando-se mais dois parágrafos, ficando o texto com a seguinte redação:

Art. 12 - Lei a vigorar em até sessenta dias a contar da promulgação desta Constituição disciplinará as eleições a serem realizadas em 1988.

§ 1o. - Não sendo promulgada a lei a que se refere este artigo, no prazo previsto, caberá do Tribunal Superior Eleitoral editar as normas necessárias à realização das eleições de 1988, respeitada a legislação vigente.

§ 2o. - É assegurada a irredutibilidade do

número atual de representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos cálculos efetuados de acordo com o artigo 56, § 2o., da Constituição.

§ 3o. - os atuais Deputados Federais e Estaduais que foram eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercer as funções de Prefeito, não perderão o mandato parlamentar.

§ 4o. - As primeiras eleições para Governador e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal serão realizadas no dia 15 de novembro de 1988, tomando posse os eleitos no dia 1o. de janeiro de 1989.

§ 5o. - A primeira Câmara Legislativa do Distrito Federal votará a lei orgânica do Distrito Federal, de acordo com o estabelecido na Constituição.

§ 6o. - O número de vereadores por município para a legislatura a ser eleita em 1988 será fixado pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral até noventa dias antes do pleito, respeitados os limites constantes no art. 33 da Constituição Federal.

Justificativa:

A medida proposta objetiva, substancialmente, viabilizar a realização das eleições de 1988 independentemente da promulgação dos diplomas legais atinentes.

A providência se mostra imprescindível em função da necessária segurança conferida pelo prévio conhecimento das regras que disciplinarão o processo eleitoral.

Parecer:

A Emenda oferece ao "caput" do art. 12, das Disposições Transitórias, redação clara, acrescentando parágrafo que soluciona dilemas que poderiam surgir e prejudicar o processo eleitoral previsto para 1988.

Pela aprovação.

EMENDA:02045 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

Texto:

Dispositivo emendado – ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E TRANSITÓRIAS.

Dê-se ao Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E TRANSITÓRIAS

[...]

Art. 11. Não se aplica às eleições previstas para 15 de novembro de 1988 o disposto no artigo 18 da Constituição.

Parágrafo 1º. É assegurada a irredutibilidade do número atual de representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos cálculos efetuados de acordo com o artigo 55, parágrafo 2º da Constituição.

Parágrafo 2º. Os atuais Deputados Federais que foram eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercer as funções de Prefeito, não perderão o mandato parlamentar.

[...]

Assinaturas

- | | | |
|-------------------------|----------------------|--------------------|
| 1. Bonifácio de Andrade | 7. Osvaldo Sobrinho | 12. Nilson Gibson |
| 2. Carlos Sant'anna | 8. Osvaldo Coelho | 13. Milton Reis |
| 3. Délio Braz | 9. Hilário Braun | 14. Marcos Lima |
| 4. Gilson Machado | 10. Edivaldo Motta | 15. Milton Barbosa |
| 5. Nabor Júnior | 11. Paulo Zarzur (Em | 16. Daso Coimbra |
| 6. Geraldo Fleming | Apoiamento) | 17. João Resek |

- | | | |
|-------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| 18. Roberto Jeffereson | 65. José Dutra | 112. Luiz Leal |
| 19. João Menezes | 66. Carrel Benevides | 113. Genésio Bernardino |
| 20. Vingt Rosado | 67. Joaquim Sucena (Em Apoiamento) | 114. Alfredo Campos |
| 21. Cardoso Alves | 68. Luiz Marques | 115. Theodoro Mendes |
| 22. Paulo Roberto | 69. Orlando Bezerra | 116. Amilcar Moreira |
| 23. Lourival Batista | 70. Furtado Leite | 117. Oswaldo Almeida |
| 24. Rubem Branquinho | 71. Siqueira Campos | 118. Ronaldo Carvalho |
| 25. Cleonânicio Fonseca | 72. Aluízio Campos | 119. José Freire |
| 26. Fernando Gomes | 73. Eunice Michilis | 120. José Mendonça Bezerra |
| 27. Agripino de Oliveira Lima | 74. Samir Achoa | 121. José Lourenço |
| 28. Narciso Mendes | 75. Maurício Nasser | 122. Vinicius Cansanção |
| 29. Marcondes Gadelha | 76. Mauro Sampaio | 123. Ronaro Corrêa |
| 30. Mello Reis | 77. Stélio Dias | 124. Paes Landim |
| 31. Arnold Fioravante | 78. Airton Cordeiro | 125. Alécio Dias |
| 32. Jorge Arbage | 79. José Carmargo | 126. Mussa Demes |
| 33. Chagas Duarte | 80. Matos Leão | 127. Jessé Freire |
| 34. Álvaro Pacheco | 81. José Tinoco | 128. Gandi Jamil |
| 35. Felipe Mendes | 82. João Castelo | 129. Alexandre Costa |
| 36. Alysson Paulinelli | 83. Guilherme Palmeira | 130. Albérico Cordeiro |
| 37. Aloysio Chaves | 84. Ismael Wanderley | 131. Iberê Ferreira |
| 38. Sotero Cunha | 85. Antônio Câmara | 132. José Santana de Vasconcellos |
| 39. Messias Góis | 86. Henrique Eduardo Alves | 133. Christovam Chiaradia |
| 40. Gastone Righi | 87. Djenal Gonçalves | 134. Oscar Corrêa |
| 41. Dirce Tutu Quadros | 88. José Egreja | 135. Maurício Campos |
| 42. José Elias Murad | 89. Ricardo Izar | 136. Asdrubal Bentes |
| 43. Mozarildo Cavalcanti | 90. Afif Domingos | 137. Jarbas Passarinho |
| 44. Flávio Rocha | 91. Jayme Paliarin | 138. Gerson Peres |
| 45. Gustavo de Faria | 92. Delfim Netto | 139. Carlos Vinagre |
| 46. Flávio Palmier da Veiga | 93. Farabulini Júnior | 140. Fernando Velasco |
| 47. Gil César | 94. Fausto Rocha | 141. Arnaldo Moraes |
| 48. João da Mata | 95. Tito Costa | 142. Fausto Fernandes |
| 49. Dinísio Hage | 96. Caio Pompeu | 143. Domingos Juvenil |
| 50. Leopoldo Peres | 97. Felipe Cheidde | 144. José Elias |
| 51. Expedito Machado | 98. Virgílio Galassi | 145. Rodrigues Palma |
| 52. Manoel Viana | 99. Manoel Moreira | 146. Levy Dias |
| 53. Mário Bouchardet | 100. Victor Fontana | 147. Rubem Figueiró |
| 54. Melo Freire | 101. Orlando Pacheco | 148. Rachid Saldanha Derzi |
| 55. Leopoldo Bessone | 102. Ruberval Pilotto | 149. Ivo Cersósimo |
| 56. Aloísio Vasconcelos | 103. Jorge Bornhausen | 150. João Lobo |
| 57. Roberto Torres | 104. Alexandre Puzyna | 151. Inocência Oliveira |
| 58. Arnaldo Faria de Sá | 105. Arténir Werner | 152. Salatiel Carvalho |
| 59. Amaral Netto | 106. Cláudio Ávila | 153. José Moura |
| 60. Antônio Salim Curiati | 107. José Agripino | 154. Marco Maciel |
| 61. José Luiz Maia | 108. Divaldo Suruagy | 155. José Mendonça Bezerra |
| 62. Carlos Virgílio | 109. Rosa Prata | 156. Ricardo Fiuza |
| 63. Ezio Ferreira | 110. Mário de Oliveira | 157. Paulo Marques |
| 64. Sadie Hauache | 111. Sílvio de Abreu | 158. Telmo Kirst |
| | | 159. Darcy Pozza |

160. Arnaldo Prieto	204. Paulo Roberto Cunha	247. Alberico Filho
161. Osvaldo Bender	205. Pedro Canedo	248. Vieira da Silva
162. Adylson Motta	206. Lucia Vania	249. Costa Ferreira
163. Paulo Mincarone	207. Nion Albernaz	250. Elieser Moreira
164. Adrioaldo Streck	208. Fernando Cunha	251. José Teixeira
165. Victor Faccioni	209. Antonio de Jesus	252. Julio Campos
166. Luis Roberto Ponte	210. Luiz Eduardo	253. Ubiratan Spinelli
167. João de Deus Antunes	211. Eraldo Tinoco	254. Jonas Pinheiro
168. Matheus Iensen	212. Benito Gama	255. Louremberg Nunes Rocha
169. Antônio Ueno	213. Jorge Viana	256. Roberto Campos
170. Dionísio Dal Prá	214. Angelo Magalhães	257. Cunha Bueno
171. Jacy Scanagatta	215. Max Rosenmann	258. Francisco Carneiro
172. Basílio Vilani	216. Leur Lomanto	259. Meira Filho
173. Osvaldo Trevisan	217. Jonival Lucas	260. Marcia Kubistschek
174. Renato Johnsson	218. Sergio Brito	261. Annibal Barcellos
175. Ervin Bonkoski	219. Waldeck Ornelas	262. Geovani Borges
176. Jovanni Masini	220. Francisco Benjamin	263. Eraldo Trindade
177. Paulo Pimentel	221. Etevaldo Nogueira	264. Antonio Ferreira
178. José Carlos Martin	222. João Alves	265. Maria Lucia
179. Arolde de Oliveira	223. Francisco Diogenes	266. Maluly Neto
180. Rubem Medina	224. Antonio Carlos Mendes Thame	267. Carlos Alberto
181. Francisco Sales	225. Jairo Carneiro	268. Gidel Dantas
182. Assis Canuto	226. José Lins	269. Aduino Pereira
183. Chagas Neto	227. Rita Furtado	270. José Carlos Coutinho
184. José Viana	228. Jairo Azi	271. Wagner Lago
185. Lael Varella	229. Fabio Raunhetti	272. João Machado Rolemberg
186. Denisar Arneiro	230. Feres Nader	273. Odacir Soares
187. Jorge Leite	231. Eduardo Moreira	274. Mauro Miranda
188. Aloisio Teixeira	232. Manoel Ribeiro	275. Sarney Filho
189. Roberto Augusto	233. José Melo	276. Cesar Cals Neto
190. Messias Soares	234. Jesus Tajra	277. Osmar Leitão
191. Dalton Canabrava	235. Aécio de Borba	278. Simão Sessin
192. Merluce Pinto	236. Bezerra de Melo	279. Miraldo Gomes
193. Ottomar Pinto	237. Nyder Barbosa	280. Antonio Carlos Franco
194. Olavo Pires	238. Pedro Ceolin	281. Franciscos Coelho
195. Sergio Werneck	239. Homero Santos	282. Francisco Rolemberg
196. Raimundo Rezende	240. Chico Humberto	283. Albano Franco
197. José Geraldo	241. Osmundo Rebouças	284. Erico Pegoraro
198. Alvaro Antonio	242. Enoc Vieira	285. Carlos de Carli
199. Irapuan Costa Junior	243. Joaquim Haichel	286. Evaldo Gonçalves
200. Roberto Balestra	244. Edison Lobão	287. Raimundo Lira
201. Luiz Soyer	245. Vitor Trovão	
202. Naphtali Alves Souza	246. Onofre Correa	
203. Jalles Fontoura		

Justificativa:

Os dispositivos acima contêm matéria de adaptação das normas constitucionais permanentes às situações jurídicas anteriores da emenda nº 1 à Constituição de 1967 ao novo cenário de direito instituído pela Constituição que deverá ser promulgada. São providências legais de ordem peculiar em que, por diversos meios, o constituinte procura corresponder aos anseios das diversas camadas sociais nessa fase de transformação legal. Merece, por estas razões, o apoio do Plenário.

Parecer:

Acolho, na forma regimental, e em atenção ao elevado número de ilustres signatários. No mérito, opino pela aprovação, nos termos da emenda "Centrão".

PELA APROVAÇÃO:

Art. 1º ("caput"); Art. 2º ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 3º ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 4º ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º; Art. 5º ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 6º ("caput"), incisos I e II, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º; Art. 8º ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º e 4º; Art. 9º ("caput"); Art. 10 ("caput"), Parágrafo único; Art. 11 ("caput"); Art. 12 ("caput"), § 1º, incisos I e II, alíneas "a", "b" e "c", §§ 2º, 3º, 4º e 5º; Art. 13 ("caput"), § 1º, incisos I, II, III, IV e V, § 2º, incisos I, II e III; Art. 14 ("caput"); Art. 15 ("caput"), Parágrafo único; Art. 16 ("caput"), incisos I e II, §§ 1º e 2º; § 1º do Art. 17; Art. 18 ("caput"); Art. 20 ("caput"), Parágrafo único; Art. 22 ("caput"); Parágrafo único do Art. 23; Art. 24 ("caput"); Art. 25 ("caput"); Art. 26 ("caput"); Art. 27 ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 28 ("caput"); Art. 29 ("caput"); Art. 32 ("caput"); Art. 33 ("caput"); Art. 34 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 36 ("caput"); Art. 37 ("caput"); Art. 38 ("caput"), §§ 12, 22 e 32; Art. 39 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º; Art. 40 ("caput"); Art. 41 ("caput"); Art. 42 ("caput"); Art. 43 ("caput"); Art. 44 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 47 ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 48 ("caput"); Art. 49 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 50 ("caput"); Art. 51 ("caput"); Art. 52 ("caput"); Art. 53 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 55 ("caput"); Art. 56 ("caput"); Art. 57 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º; Art. 58 ("caput"); Art. 60 ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º; Art. 61 ("caput"); Art. 62 ("caput"); Art. 63 ("caput"); Art. 64 ("caput"); Art. 65 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 68 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 69 ("caput"); Art. 71 ("caput"); Art. 72 ("caput").

PELA REJEIÇÃO:

§ 6º do Art. 6º (Emenda nº 739-2, Lourival Baptista); Art. 7º ("caput"); § 1º do Art. 11 (Emenda nº 1901-3, Genebaldo Correia); Art. 17 ("caput"), § 22; Art. 19 ("caput"); Art. 21 ("caput"); Art. 23 ("caput"); § 22 do Art. 27; Art. 30 ("caput"); Art. 31 ("caput"); Art. 35 ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º e 4º (Emenda nº 73-8, Cunha Bueno); Art. 44 ("caput") (Emenda nº 1942-1, Mário Covas); Art. 45 ("caput"), §§ 1º e 2º (Emenda nº 1943, Mário Covas); Art. 54 ("caput") (Emenda nº 754-6, Jarbas Passarinho); Art. 59 ("caput") (Emenda nº 14-2, Valmir Campelo); Art. 66 ("caput"); Art. 67 ("caput").

FASE U

EMENDA:00393 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

Texto:

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Suprimir o § 3o. do Art. 6o. do Projeto de Constituição (B) página no. 152.

Art. 6o. -

.....

§ 3o. Os atuais Deputados Federais e Estaduais eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercer a função de Prefeito, não perderão o mandato parlamentar.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Pela aprovação da emenda, considerando que o texto pode ser visto como mero casuísmo.

EMENDA:00983 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LÍDICE DA MATA (PC DO B/BA)

Texto:

Suprima-se a expressão "... até noventa dias antes do pleito" constante do § 4o. do art. 6o. do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Justificativa:

Tal supressão objetiva permitir que o aumento do número de vereadores aprovado em primeiro turno pela Constituinte e constante do inciso IV do art. 30 do Projeto de Constituição (B possa vigorar já nas eleições municipais marcadas para o próximo dia 15 de novembro. Com a supressão proposta, caberia ao Tribunal Superior Eleitoral disciplinar a matéria de acordo com o texto constitucional promulgado.

Parecer:

Pela aprovação da emenda, nos termos do parecer que ofereci à emenda no. 2T00393-5.

EMENDA:01120 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERSON CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

Exclua-se o parágrafo 2o. do artigo 6o.,
Disposições Transitórias.

Justificativa:

Já existem normas.

Parecer:

A emenda pretende suprimir o § 2o. do art. 6o. das Disposições Transitórias, que trata da edição de normas necessárias para as eleições de 1988.
Julgamos que é importante manter o dispositivo que permite ao Tribunal Superior Eleitoral editar normas para as eleições de 1988, porque essa providência ainda pode se tornar necessária com a promulgação da Constituição.
Pela rejeição.

EMENDA:01343 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VÍTOR BUAIZ (PT/ES)

Texto:

Suprima-se o § 3o. do art. 6o. do Ato das
Disposições Constitucionais Transitórias.

Justificativa:

Não podemos, na feitura da nova Constituição, incluir qualquer dispositivo que represente a defesa de interesses próprios dos Deputados.

Parecer:

Pela aprovação da emenda, nos termos do parecer que ofereci à emenda no. 2T00393-5.

EMENDA:01721 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DOMINGOS JUVENIL (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se do art. 6o., o parágrafo 3o., do
ato das disposições constitucionais transitórias
Art. 6o.

- 3o. - Os atuais Deputados Federais e
Estaduais eleitos Vice-Prefeito, se convocados a
exercer a função de Prefeito, não perderão o
mandato parlamentar.

Justificativa:

O texto encerra notório casuísmo, privilegiando grupos reduzidos de parlamentares federais e estaduais, prática não aceita pela sociedade. Daí porque o texto deve ser excluído.

Parecer:

Pela aprovação da emenda, nos termos do parecer que ofereci à emenda no. 2T00393-5.

FASE W

EMENDA:00010 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO TREVISAN (PMDB/PR)

Texto:

No art. 5o, § 3o, do Ato das Disposições Transitórias, coloque-se entre vírgulas a expressão "" se convocados a exercer a função de Prefeito "".

Justificativa:

Trata-se de oração explicativa e que, por isso mesmo, deve ser colocada entre vírgulas para facilitar a compreensão do texto.

EMENDA:00149 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO AGRIPINO (PMDB/PB)

Texto:

Disposições Constitucionais Transitórias
Art. 5o. -

.....
§ 5o. - Para as eleições de 15 de novembro de 1988, ressalvados os que já exercem mandato eletivo, são inelegíveis para qualquer cargo, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, ou por adoção, do Presidente da República, do Governador de Estado e do Distrito Federal e do Prefeito que tenham exercido mais da metade do mandato.

Justificativa:

A presente emenda visa acrescentar a data das próximas eleições, a fim de dirimir, de forma inequívoca, dúvidas sobre a elegibilidade dos candidatos.

A emenda de redação restabelece o texto tal qual foi aprovado em votação de 2º Turno do Projeto Constitucional.

EMENDA:00296 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELSON JOBIM (PMDB/RS)

Texto:

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS
Corrija-se a redação do § 5o., do art. 5o., das Disposições Transitórias, para vincular a aplicação da norma nele contida às eleições de 1988, ficando assim redigido:
"Art. 5o. -

.....
§ 5o. - Para as eleições de 15 de novembro de 1988, ressalvados os que já exercem....."

Justificativa:

Ao ser examinada e decidida, no segundo turno, a questão da inelegibilidade de parentes, regulada no §7º, do art. 14, das disposições permanentes, foi celebrado acordo, aprovado pelo Plenário, no sentido de transferir para as Disposições Transitórias, com aplicação somente nas eleições de 15 de novembro de 1988, o texto constante do referido §7º, do art. 14, do Projeto B.

A redação dada pelo Relator, no Projeto C, todavia, não atentou para essa ressalva, de grande importância para a aplicação da norma. Faz-se imprescindível a correção dessa falha, para tornar fiel o texto com o que foi decidido no Plenário ao longo de várias votações.

EMENDA:00355 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADEMIR ANDRADE (PSB/PA)

Texto:

Que seja dado ao Art. 5o. § 1o. do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a seguinte redação: "Para as eleições de 15 de novembro de 1988, exigir-se-á domicílio eleitoral na circunscrição pelo menos durante os quatro meses anteriores ao pleito, podendo os candidatos que preencham este requisito terem seu registro efetivado após a promulgação desta Constituição."

Justificativa:

A presente proposta se justifica tendo em vista que de acordo com o texto do vencido no 2º turno, os Tribunais Regionais Eleitorais, por força da Legislação Eleitoral vigente, não estão aceitando o domicílio eleitoral dos candidatos às eleições de novembro com base no texto constitucional a ser promulgado (Art. 5º § 1º ADCT).

Tal medida visa desobstruir as muitas pendências processuais junto aos Tribunais Regionais Eleitorais, além de não onerar os cofres públicos da União.

EMENDA:00506 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RAIMUNDO LIRA (PMDB/PB)

Texto:

Dê-se ao § 5o., do Art. 5o., do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a seguinte redação:

"§ 5o. - Ressalvados os que já exercem mandato eletivo, são inelegíveis para qualquer cargo, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, ou por adoção, do Presidente da República, do Governador de Estado, do Governador do Distrito Federal e do Prefeito que tenham exercido mais da metade do mandato, para as eleições de 15 de novembro de 1988.

Justificativa:

A presente Emenda de Redação ao parágrafo 5º do Artigo 5º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, visa a corrigir omissão redacional do mencionado parágrafo, posto que este não deixa explícito que se refere às eleições de 15 de novembro de 1988, conforme o que foi aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte, constante em Certidão anexa, lavrada pela sua Primeira-Secretaria, em data de 29 de agosto de 1988.

EMENDA:00637 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MINCARONE (PMDB/RS)

Texto:

Na ausência de norma legal específica, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral editar as normas necessárias a realização das eleições de 1988, respeitada a legislação vigente.

Este parágrafo deverá ser o último do artigo 5o. do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Justificativa:

Caberá ao Tribunal Superior Eleitoral, baixar as instruções para as eleições de 1988, observadas as disposições vigentes, inclusive as constantes na nova Carta Magna.

Como o constante no § 3º, § 4º e § 5º deste artigo também dizem respeito às eleições de 1988, este texto deverá constituir-se no último § do artigo.

Nota: Como citar no formato Documento Eletrônico (ABNT): BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <colocar link da BD aqui>. Acesso em: colocar a data da consulta, por exemplo, 10 nov. 2014.